

A TERRA DO MST

(O Estado de São Paulo - 21/01/2004)

O Brasil possui 175 milhões de habitantes e 8 bilhões, quinhentos e onze milhões e 965 mil quilômetros quadrados de território. É uma das maiores nações agrícolas do mundo e luta para, nos “fóruns” internacionais, derrubar barreiras criadas pelos países desenvolvidos à sua produção agropecuária, pois possui melhor tecnologia, produção e produtividade que as nações européias e de quase todo o mundo.

O constituinte, sabiamente, proibiu a reforma agrária sobre terras produtivas, pois se estão produzindo, não há por que desapropriá-las (art. 185, inciso II da C.F.).

O legislador ordinário, com não menor sabedoria, criou mecanismo para a realização da reforma agrária, no campo impositivo, pelo qual tributa de forma progressiva a terra improdutiva e de forma regressiva a terra produtiva, à luz do texto constitucional (art. 153, § 4º, inciso I). Desta forma, a manutenção de propriedades agrícolas, objetivando a mera valorização imobiliária, é um péssimo negócio, pois, com o tempo, o governo, através dos tributos, “desapropria” tais imóveis, sem gastar absolutamente nada, podendo receber o próprio imóvel em pagamento, dos contribuintes em atraso, nas execuções judiciais.

Aqueles que entendem de agricultura sabem que a maioria das terras brasileiras em mãos de particulares são produtivas e estão, seus proprietários, desempenhando bem a função de manter o país como uma das principais potências agropecuárias do mundo. São 500 mil empresas e 4 milhões e setecentas mil famílias, incluindo os 600 mil assentados pela reforma agrária. Os Estados Unidos, com extensão territorial maior do que o Brasil, tem apenas 2 milhões de agricultores (tinha 6.800.000 em 1955) e a França, principal país agrícola da União Européia, apenas 600.000 (tinha 2 milhões em 1945). Somados empresas e agricultores, o Brasil tem 5 milhões e 200 mil agricultores, contra 2 milhões, nos Estados Unidos, e 600 mil, na França, conforme dados levantados por Xico Graziano, em artigo para O Estado de S. Paulo.

Ora, o MST é movimento --como tenho reiterado em artigos-- político, temeroso de se transformar em agremiação partidária para não ter que fazer o teste das urnas, onde, pelas pesquisas, seria fragorosamente derrotado, pelo nível de rejeição que sua atuação inspira na sociedade. Pretende, todavia, retirar a terra – que é bem inelástico— de quem a tem e produz, para atribuí-la a seus correligionários, o que vale dizer, produzir uma reforma agrária em que seriam os seus militantes os únicos beneficiários. A partir do momento em que transferisse “toda a terra” para os inscritos em seus quadros, certamente não permitiria que “futuros sem terras” não filiados pudessem ter acesso a qualquer propriedade agrícola, no país.

O raciocínio é muito simples. Se a população aumenta e a terra não, à evidência, no momento em que toda a terra brasileira for conquistada e entregue aos correligionários do MST, não haverá terra disponível para os “futuros sem terra”, visto que o bem é inextensível.

Por esta razão, é que pressionam, hoje, para obterem terras produtivas, através da violência, do desrespeito à lei e da conivência de autoridades, as quais, sem respeitarem a independência e harmonia dos poderes, preferem atacar o Poder Judiciário, que apenas impõe o respeito à Constituição, segundo a qual “terra produtiva” não pode ser desapropriada para a reforma agrária.

Tais autoridades, a meu ver, deveriam ser responsabilizadas por colocarem em risco a estabilidade das instituições e não tomarem as medidas necessárias para impedir invasões de prédios públicos e propriedades privadas, invasões essas que configuram um absurdo, inadmissível, anti-democrático e tirânico desrespeito à lei e à Constituição.

O certo é que as críticas dessas autoridades --que foram guindadas ao poder por serem amigas do presidente e não por terem sido escolhidas pelo povo-- ao Judiciário só prejudicam o ambiente de harmonia entre os poderes.

Tenho dito que se o MST deseja a sua ultrapassada reforma agrária para partilhar o Brasil entre seus correligionários e impedir, no futuro, que “outros sem terra”, e, no presente, que os “sem terra não filiados” sejam proprietários do “butin”, que dispute eleições, que as ganhe, que leve seu projeto ao Congresso e consiga que o Congresso faça as leis que imagina, pois só aí terá legitimidade para fazer o que, hoje, é prática delituosa.

Se isto acontecer, todavia, o Brasil do futuro será um país retrógrado, com propriedades agrícolas exclusivamente nas mãos dos despreparados filiados ao MST. Possivelmente, pela tecnologia pretérita e pela incapacidade empresarial, que têm demonstrado os atuais integrantes desse movimento já assentados --que se sustentam quase que exclusivamente pelos subsídios oficiais-- deixaremos de ser a grande pátria agropecuária de hoje, para nos transformarmos em país de atividade agrícola medieval dominado pelos novos senhores feudais da terra: os integrantes do MST.